

AUSCHWITZ: “NUNCA MAIS”!

Évila de Oliveira Reis Santana¹

*'Nevermore'.
(Edgar Allan Poe)*

*Naqueles dias, dez homens de todas as línguas
e nações agarrarão firmemente a barra
das vestes de um judeu e dirão:
'Nós vamos com você porque ouvimos
dizer que Deus está com o seu povo'
(ZACARIAS 50:4)*

O século XX passou deixando atrás de si um rastro de violência e se notabilizou por ter sido os cem anos em que mais se deram conflitos ao redor da Terra. Catástrofes, massacres, genocídios e etnicídios foram a tônica desse século que, felizmente já se foi. Estes eventos, por encerrarem uma situação de exceção e de horror, requereram a fala testemunhal para os vários campos do conhecimento, notadamente a História, abrindo um grande leque para a área jurídica, a dos estudos literários e, especialmente, aos próprios sobreviventes. O século XX é, por conseguinte, uma sincronia marcada pelas catástrofes, pela violência.

Em 1940 os nazistas começaram a caça às bruxas, utilizando-se de uma cruel metodologia jamais registrada na História. As “bruxas”, por assim dizer, eram os judeus, – cujo maior “pecado”, como destaca Hanna Arendt, não era pertencer a uma “raça” estranha, mas ter riqueza² – os ciganos, homossexuais, Testemunhas de Jeová –

¹ É graduada e Mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Professora Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Letras, com ênfase nos estudos da poesia lírica. Quanto ao gênero épico, tem publicações sobre a narrativa de Guimarães Rosa, no que chama a prosa “andrógina,” notadamente em GSV, e a prosa “apócrifa” de Rosa nos contos publicados na revista O Cruzeiro. Desenvolve pesquisa em literatura comparada, em nível de doutorado junto à Universidade de Artois, na linha literatura e testemunho/testimônio, com o tema “A poesia de resistência no Brasil e na França”.

² Hannah Arendt. *Eichmann em Jerusalém*; um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 223 Título original: *Eichmann in Jerusalem*. (Ênfases da autora).

que, nos campos, eram identificados com o triângulo roxo – e, enfim, qualquer um que demonstrasse simpatia pela causa dessas pessoas. Intelectuais, artistas, estudantes eram considerados os potenciais “inimigos” conspiradores do regime que começava a ser imposto. Nesse contexto, a Gestapo e os colaboracionistas valiam-se da propagação do terror e do incentivo à delação premiada.

Diferentemente do que ocorre em sincronias ditatoriais, em que as ações de coerção são veementemente negadas ou camufladas pelo poder instituído, os nazistas nem sempre se cercaram desse cuidado, pois apostavam na incredulidade dos povos quando tomassem conhecimento dos fatos. Estavam certos de que ninguém haveria de acreditar que seres humanos seriam capazes de cometer semelhantes atrocidades. Era a “inimagibilidade” da *Shoah*³, a sua inverossimilhança, como muito bem referiu o crítico Seligmann-Silva⁴. E os nazistas estavam mesmo certos, como comprovam estes exemplos que selecionamos: o primeiro, extraído do livro *A noite* de Elie Wiesel⁵ conta como os judeus que habitavam na Transilvânia, na cidade de Sighet, tiveram conhecimento do massacre através de um sobrevivente, Mochê Bedel, um judeu estrangeiro, que, após ter sido expulso da cidade, voltou para dar o seu testemunho. Dois fundamentais motivos teriam impedido que os judeus acreditassem no seu relato: ser este, por demais aterrador, por demais inverossímil, mais parecia fruto de uma mente atordoada; e ser forte, àquela época, a confiança do povo judeu na civilidade da nação alemã. Eles concebiam a idéia de que o século XX não comportaria tamanha barbárie. Estes dois equívocos fizeram com que judeus que, àquela época, 1943, ainda pudessem comprar certificados de imigração para a Palestina, se transformassem em uma presa fácil para os alemães. Elie Wiesel deixa este sentimento bem claro nestas passagens:

[...] As pessoas se recusaram não apenas a acreditar em suas histórias, [do sobrevivente] mas também a ouvi-las. [...] As pessoas diziam:

³ *Shoah*: palavra do vocabulário hebreu que significa catástrofe, hecatombe, destruição e não tem a conotação sacrificial da palavra holocausto que foi o extermínio dos judeus perpetrado pelos nazistas.

⁴ Márcio Seligmann-Silva (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 57.

⁵ Elie Wiesel. *A noite*. Trad. Irene Ernest Dias; prefácio François Mauriac. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 14,15 e 16 (Trad. de *La nuit*). Elie Wiesel, Prêmio Nobel da Paz em 1986.

– O Exército Vermelho avança a passos de gigante...
Hitler não poderá nos fazer mal, mesmo que queira...
Sim, duvidávamos até mesmo da sua vontade de nos exterminar.

Ele aniquilaria um povo inteiro? Exterminaria uma população dispersa por tantos países? Tantos milhões de pessoas! Com que meios? E em pleno século XX!⁶ (Ênfases nossas)

O mesmo sentimento de incredulidade é ratificado no filme *Marcas da guerra*⁷, drama inspirado em um romance do húngaro Imre Kertész. Essa descrença fica patente no diálogo que é entabulado entre a personagem principal, György Köves – quando do seu retorno a Budapeste, após a liberação do campo de Buchenwald – e um cidadão húngaro que buscava provas, ou seja, o testemunho de quem, “com os próprios olhos”, tivesse visto as câmaras de gás nos campos nazistas. Ao desembarcar na estação György Köves é, assim, abordado por este estranho:

– Gostaria de perguntar uma coisa, se me permite.
– Sim?
– **Viu as câmaras de gás?**
– Não estaríamos conversando se tivesse visto.
– Elas existem mesmo?
– Depende. Em Auschwitz, sem dúvida alguma. Mas eu venho de Buchenwald.
– De onde?
– Buchenwald.
– De Buchenwald? **Então ouviu falar das câmaras de gás... mas, não viu com os próprios olhos, certo?**
– Certo.
– **Obrigado. Era tudo o que eu queria saber**⁸. (Ênfases nossas)

Como se pode facilmente perceber, imperava um sentimento de incredulidade a respeito do que se passava no interior dos campos, e este sentimento perpassava a

⁶ Id. Elie Wiesel. Op. Cit., p. 14 e 16.

⁷ *Marcas da Guerra* (Sorstalanság, 2005). Direção: Lajos Koltai » Roteiro: Imre Kertész (romance e roteiro). Imre Kertész foi o vencedor do Prêmio Nobel de Literatura 2002.

⁸ Diálogo entre a personagem principal e um estranho no filme *Marcas da Guerra* (Sorstalanság, 2005). Direção: Lajos Koltai » Roteiro: Imre Kertész (romance e roteiro).

mente, não só das pessoas em geral, mas dos judeus de toda a parte. É bem emblemática esta fala do pai de uma judia polonesa detenta de Auschwitz:

O pai de Cyla não acreditou, no início, nas histórias e rumores que persistentemente chegavam aos ouvidos de todos. À crescente insegurança e dúvidas da mãe ele sempre respondia convicto: **"Isso não pode ser verdade. Os alemães formam um povo civilizado. Algo assim não acontece mais neste século"**. (Ênfases nossas).

Como escreve Elie Wiesel, “Os alemães já estavam na cidade, os fascistas já estavam no poder, a sentença já havia sido pronunciada, e os judeus de Sighet ainda sorriam¹⁰”. Mas este sorriso foi se desmanchando na mesma gradação em que foram proibidos de sair de casa sob pena de morte; três dias depois obrigados a usar a estrela amarela; depois, proibidos de entrar em restaurantes, em cafés, nas sinagogas, viajar nas estradas de ferro... e, enfim, a deportação sem que soubessem do destino: aliás, daí por diante nunca lhes era revelado o lugar para onde lhes levaria o próximo passo. Estes judeus de agora, “o Povo do Livro”¹¹, diferentemente dos seus antigos antepassados que, no êxodo, tinham a coluna de fogo para os guiar à noite, e a nuvem durante o dia, não tão somente para os guiar, mas protegê-los do sol, por um caminho que os tirava da escravidão, estavam fazendo o caminho contrário, ou seja, sendo conduzidos para outro cativeiro e, como guia, a noite, a treva, a escuridão signos, aliás, que comparecem, sem exceção, em quase tudo que foi escrito neste período.

Curiosamente outros povos não esperaram tanto, como estes judeus de Sighet, para esboçar uma reação contrária à ocupação nazista. Na França, especialmente em Paris, esta resistência se deu quase em ato contínuo à ocupação, uma vez que, já no verão de 1940, ao sinal dos primeiros soldados alemães pelas ruas de Paris, uma atitude de resistência começou a ser levada a efeito por pequenos grupos. Dá conta disso o diário da Agnès Humbert, uma obra pioneira sobre a resistência publicada

⁹ Antonio Bulhões. *Apaixonados em Auschwitz*; uma história de amor no inferno. <http://www.abknet.de/auschwitz1.htm>.

¹⁰ Elie Wiesel. Op. Cit., p. 17.

¹¹ “O Povo do Livro” expressão também utilizada por Arthur Katz na obra *Holocausto*; onde Deus estava? uma pesquisa sobre as raízes bíblicas da tragédia. São Paulo: Hagnos, 2002. (Trad. Do original: *The Holocaust: where was God?*)

imediatamente após a Segunda Guerra, em 1946¹². Nesse testemunho, que se ressalta pelas anotações diárias das atividades da Resistência e, depois, da experiência em cárceres na França e na Alemanha, ficam bem marcados o desconforto, o constrangimento e a anunciação do mal e, tudo isso, é personificado na figura de cada soldado da SS que chegava a Paris para roubar, matar e destruir. Tanto é que as primeiras atividades da “organização” (se é que assim se pode chamar este pequeno grupo que, “Em comparação com os profissionais da polícia da contra-espionagem, os pioneiros são neófitos incapazes de lutar em igualdade de armas¹³”), concentram-se em desmentir para a população a mentira sobre o motivo da dificuldade em se adquirir alimentos, que começava a se instalar, em uma contrapropaganda à que o nazismo pregava. As passagens, a seguir, são bem emblemáticas tanto para esta questão,

Nos primeiros números, é sobretudo importante explicar, com base em provas, que a escassez de víveres que nos assola não decorre do bloqueio inglês, mas do roubo alemão em todos os setores da nossa economia¹⁴.

quanto para o sentimento quanto à ocupação nazista:

Verei para sempre a lanterna furta-fogo de dois soldados alemães que subiram ao nosso compartimento, não sem um “senhoras e senhores” que, sem dúvida, julgaram muito cortês, muito francês. Esses soldados foram os primeiros que vi. [...] Que desgosto ter que ser controlada por essa gente quando se quer apenas voltar para a própria casa¹⁵.

¹² Agnès Humbert. *Resistência*: a história de uma mulher que desafiou Hitler./Trad. Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Título original: Résistance.

¹³ Julien Blanc. Posfácio. In: Agnès Humbert. Op., cit., p. 279. (A Resistência, nos seus primórdios, era “inventada e fabricada sob todos os aspectos por novatos na ação clandestina que não detêm predisposição alguma para representar tal papel, que improvisam constantemente, adaptando-se como podem às imposições da luta e que, no final de contas, pagarão muito caro pelo seu envolvimento” p. 249).

¹⁴ Agnès Humbert. Op., cit., p. 29.

¹⁵ Id., p. 17.

A imposição da presença do ocupante que vem acompanhada da sensação de extrema expropriação, é que, no dizer de Julien Blanc¹⁶, autor do Posfácio desta obra, é uma das explicações para a rapidez das reações contrárias ao regime do terror.

“É não se esquecendo da guerra que se a evita” esta admoestação flagrada em uma faixa afixada no frontispício de *La Coupole*, um local de resistência da Segunda Guerra em território francês, hoje, Centro de História e de Memória, traduz, acreditamos, parte do célebre pronunciamento de Theodor W. Adorno segundo o qual “[...] escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de porque se tornou impossível escrever poemas”¹⁷.

Esta declaração, eivada de um sentimento sombrio e desesperançoso, especialmente claudicante quanto à própria humanidade do ser humano, proferida em 1949 sob o impacto das cinzas, ainda quentes, da Guerra, desde então tem dado margem a um sem-número de interpretações. Uma delas, colhida em um ensaio da crítica brasileira Valéria de Marco, infere, muito apropriadamente, que a declaração de Adorno está associada a dois aspectos: o receio da possibilidade de ver uma barbárie ser assimilável pela estética, e a convicção de a arte não poder se furtar ao testemunho como uma forma de impedir, tanto o esquecimento quanto a repetição de fatos como Auschwitz¹⁸. É nesta altura que encontramos sentido entre o que expressa Adorno e a mensagem da faixa de *La Coupole*.

No que diz respeito, ainda, a esta expressão adorniana, a crítica Valéria de Marco continua:

Ao longo de vários anos, Adorno volta a repetir esta frase e esse percurso interessa especialmente para o estudo da literatura de testemunho, pois chama a atenção para questões relativas à forma: considerando **a necessidade de impedir o esquecimento e a repetição de Auschwitz, alerta para o perigo de torná-lo assimilável através da estilização artística**¹⁹; (Ênfases nossas)

¹⁶ Id., p. 254.

¹⁷ Theodor W. Adorno *Minima moralia*. Trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1993, p. 26.

¹⁸ Valéria de Marco. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 62, n. 62, 2004. p. 59.

¹⁹ Valéria de Marco. Op. cit., p. 59.

Por guardar em si mesma um sentimento de proibição, esta expressão, segundo a autora, foi usada, muitas vezes, como se se tratasse de uma condenação à poesia contemporânea, nos estudos da *Shoah*. Todavia, o que acontece é o contrário, pois esta mesma expressão se traduz como um forte argumento em defesa da tese relativa à impossibilidade de representar a barbárie, à impossibilidade de associar testemunho e ficção. Acrescenta, ainda, a autora, que, subjacente à frase de Adorno move-se o pressuposto de que “A experiência não supõe apenas a reflexão sobre o vivido, mas sim o movimento de reflexão sobre o conhecimento já construído²⁰”, ou seja, o que encerra esta expressão de Adorno, é que “sem ter em conta a barbárie de Auschwitz não há conhecimento²¹”.

Não só a questão da impossibilidade de se associar testemunho e ficção, o que redundaria em uma impossibilidade de representação, como observou Adorno, mas a banalidade do mal é um tema que veio se somar a outras tantas questões que tiveram lugar “depois de Auschwitz”. E esta idéia nos ocorre no momento em que nos vem à memória o lamentável episódio, do carnaval 2008, no Brasil, provocado pela Escola de Samba *Unidos de Viradouro* que resolveu prestar uma homenagem ao Holocausto judeu, dedicando um carro alegórico à *Shoah* composto de cadáveres e a figura de Adolf Hitler. “Em nome da arte”, é bom que se aspeie e, insensatamente, “sem ter em conta a barbárie de Auschwitz”, o autor dessa infeliz idéia acabou por banalizar o mal.

Aliás, a questão da banalidade do mal é um tema que foi muito exposto por Hannah Arendt, como correspondente da Revista *New Yorker*, em uma obra resultado do seu relato a respeito do julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém. Na qualidade de correspondente e parte sumamente interessada, pois de nacionalidade judia-alemã, esta autora não esconde a sua perplexidade ao constatar a forma banal com que a causa judaica era tratada pelos nazistas, ali representada na fala do acusado. Uma banalização que se dava pela forma assaz objetiva e racional com que se procedia à perseguição, à deportação, à cremação, enfim, ao aniquilamento de um povo. O ato de exterminar judeus se dava na ordem do dia como algo natural, cientificamente elaborado, da mesma forma com que se trabalhava em favor da economia, da educação, questões inerentes a

²⁰ Id., ib.

²¹ Id., ib.

qualquer Estado, cujo resultado era aquele “estatisticamente esperado²²” e em que a relação sujeito objeto, completamente esvaziada de sentimento, especialmente se considerarmos o que relatam as testemunhas, dentre as quais Elie Wiesel, Primo Levi e Hanna Arendt, os quais, sob diversas formas, afirmam que:

[...] os campos são um projeto racional despojado de ódio, onde a violência inútil está destinada a causar dor. Primo Levi diz que os carrascos “talvez não experimentassem sentimento algum para com suas vítimas²³”.

ou seja, era uma atividade burocrática que, afinal de contas, poderia ser feita por um funcionário qualquer no cumprimento daquilo que entendia ser sua obrigação:

Se o acusado se desculpa com base no fato de ter agido não como homem, mas como mero funcionário cujas funções podiam ter sido facilmente realizadas por outrem, isso equivale a um criminoso que apontasse para as estatísticas do crime – que determinou que tantos crimes por dia fossem cometidos em tal e tal lugar – e declarasse que só fez o que era estatisticamente esperado, que foi um mero acidente ele ter feito o que fez e não outra pessoa, uma vez que, no fim das contas, alguém tinha de fazer aquilo²⁴.

Mas a sua perplexidade na pára aí, ela continua à medida que vai compreendendo a personalidade da acusado:

Eichmann não era nenhum Iago, nenhum Mcbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de “se provar um vilão”. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. [...]. Foi precisamente esta falta de imaginação que lhe permitiu sentar meses a fio na frente do judeu alemão que conduzia o interrogatório da polícia, abrindo o seu coração para aquele homem e explicando insistentemente como ele conseguira chegar só à patente de tenente-coronel da

²² Hannah Arendt. Op. cit., p. 312.

²³ Adrian Canji. *Imagens do horror. Paixões tristes*. In: Márcio Seligmann-Silva (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 149.

²⁴ Hannah Arendt. *Eichmann em Jerusalém; um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 312 (Título original: *Eichmann in Jerusalem*).

SS e que não fora falha sua não ter sido promovido. [...]. Ele não era burro. Foi pura irreflexão – algo de maneira nenhuma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é “banal” é até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum. Certamente não é nada comum que um homem, diante da morte, e, mais ainda, no cadafalso, não consiga pensar em nada além do que ouviu em funerais a sua vida inteira, e que essas “palavras elevadas” pudessem toldar inteiramente a realidade de sua própria morte. **Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos** – talvez inerentes ao homem: essa é, de fato, a lição que se pode aprender com o julgamento de Jerusalém²⁵ (ênfases nossas).

Os longos e tenebrosos anos de nazismo deixaram, como observa, Hanna Arendt, “a lição da temível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos²⁶” (ênfase da autora).

“*Oswiecim*”, nome de origem polonesa, que ficou terrível e mundialmente conhecido pela sua versão germanizada, Auschwitz, como todo campo, além da sua identificação, o próprio nome, acompanhava outra inscrição gravada em ferro: *Arbeit macht frei*, (o trabalho liberta). Geralmente os deportados só tinham conhecimento de onde estavam quando se deparavam ao portal e, uma vez no interior do campo, a verdade se revelava ao seu espírito, o que a língua materna traduzia: “Agora estamos pisando o chão do inferno²⁷”.

Como um dos 20 principais²⁸ campos de concentração, Auschwitz foi criado em 1940. Os poloneses foram os que, naquele mesmo ano, ali começaram a chegar, quando ainda não havia o sistema da numeração por tatuagem. O registro era feito pelos próprios detentos que costuravam na roupa, listrada de azul e branco, o número recebido junto com um triângulo vermelho, que identificava presos políticos, e a letra inicial de cada nacionalidade. Era destinado originalmente à concentração de presos políticos

²⁵ Hannah Arendt. Op. cit. p. 310-11.

²⁶ Id. p. 274.

²⁷ Fala da personagem Jerzy do texto de Antonio Bulhões. *Apaixonados em Auschwitz*; uma história de amor no inferno. <http://www.abknet.de/auschwitz1.htm>.

²⁸ *Memoire vivante*; deportation et production littéraire et artistique. Paris: Fondation pour la Mémoire de la Déportation, n. 32, décembre 2001, p.7.

poloneses; a sua localização central foi um dos motivos que o tornou, em pouco tempo, o principal e maior complexo de extermínio dos nazistas. Auschwitz,

[...] não se resumia a um componente isolado, a um campo de concentração independente. Auschwitz fazia parte de um complexo e era peça principal da estrutura de um projeto desenvolvido até os últimos detalhes pelos nazistas. Nunca nos últimos séculos e tantas guerras, a humanidade presenciou algo parecido, seja na forma, no objetivo, nos meios, nos resultados e na organização com o intuito único de destruir, liquidar seres humanos. O perfeccionismo minucioso e elaborado. **A perfeição do mal**²⁹ (Ênfases nossas).

Distante, apenas, cerca de quatro quilômetros da localidade de Auschwitz, este campo misto (de concentração e de extermínio) de localização privilegiada, foi construído em um ponto geográfico que, antes da “Primeira Guerra Mundial, demarcava os limites do Império Austro-Húngaro, da Rússia e da própria Alemanha, razão pela qual era conhecido, naqueles tempos, como “esquina dos três impérios³⁰”. Este campo, segundo Hanna Arendt,

[...] cobria uma área de trinta quilômetros quadrados na Alta Silésia e era um empreendimento com mais de 100 mil prisioneiros, de todos os tipos, judeus e não judeus e trabalhadores escravos, que não estavam sujeitos ao gás³¹.

Auschwitz não era, por conseguinte, apenas um campo, mas um complexo em torno do qual gravitavam Birkenau, Monowitz e outros próximos, menores a exemplo de Gleiwitz, Kattowitz, Zator, cada um com o grau de importância que os identificava, mas todos subordinados a Auschwitz I, o campo principal. Auschwitz, um campo de extermínio, ironicamente era, também, um grande conglomerado empresarial composto de fábricas, depósitos, minas, atividades agrícolas, hospital, padaria, farmácia, laboratórios, sustentado em um custo de mão de obra igual a zero, ou seja, o trabalho forçado realizado pelos detentos. Diz Hannah Arendt que:

²⁹ Antonio Bulhões. Op. cit.

³⁰ Id., ib.

³¹ Hanna Arendt. Op. cit. p. 105.

[...] Isso [o embarque dos judeus] era calculado de acordo com “a capacidade de absorção” das diversas instalações de assassinatos e também de acordo com as solicitações de trabalhadores escravos por parte de numerosas empresas industriais que haviam descoberto ser lucrativo estabelecer filiais nas vizinhanças de alguns desses campos de extermínio. (Ao lado de indústrias não muito importantes da SS, famosas empresas alemãs como a I.G. Farben, a Krupp Werke, e a Siemens-Schuckert Werke abriram fábricas perto dos campos de extermínio de Auschwitz e Lublin. [...] Quanto às condições das fábricas, a idéia era, claramente, **matar por meio do trabalho**³² (Ênfases nossas)

As pessoas que eram deportadas para este campo, e cada trem que chegava era chamado de “carregamento”, depois de serem pilhadas de seus bens, que, até ali, conseguiam manter consigo, e após a seleção que se dava na própria rampa, eram colocadas nuas para a desinfecção. Após esta fase, que se constituía em um ritual comum a todos os campos, os “imigrantes forçados” eram recolhidos aos Blocos: construções identificadas por números que tinham no seu interior, algo como se fossem prateleiras para dormir, um arremedo de camas. A grande promiscuidade, a falta de higiene e outros atentados à vida, faziam do Bloco um local propício para o aparecimento de numerosas doenças, dentre elas tuberculose e tifo.

Como revela a poesia de Maurice Beaufrière, prisioneiro de Buchenwald, de quem tomamos emprestados estes versos como alegoria para Auschwitz, este campo, da mesma forma que Buchenwald,

Não é uma cidade histórica,
Nem um monumento histórico,
Nem estádio hípico,
Nem esporte náutico,
Nem grandes avenidas,
Mas, entretanto um emaranhado.
[...]
Sem igrejas, sem bistrôs, sem hotéis, sem cassinos³³,

³² “Segundo Hilberg, morreram pelo menos 25 mil dos aproximadamente 35 mil judeus que trabalhavam numa das fábricas da I.G. Farben”. Hanna Arendt. Op. cit, p. 93.

³³ Maurice Beaufrière. Elle fume. In: VERDET, André. (org.) *Anthologie des poèmes de Buchenwald*. Paris: Association Française Buchenwald – Dora et Komandos, 1995., p.15-6. (Editions Tirésias). Obs.:

E o poeta continua a caracterizar esta cidade a partir da falta dos elementos que encarnam uma cidade de verdade, e, que, por analogia negativa, comparecem no cenário da bizarra cidade:

[...]
Uma cidade sem prefeitura é possível
Mas uma cidade, digna desse nome, sem prisão...
É o mesmo que falar de um rio sem peixe,
De um natal sem peru,
De um mocotó de porco sem tempero,
De um salsichão sem pimenta do reino,
De uma omelete de presunto sem presunto.
– Uma cidade digna desse nome tem sua prisão
Assim o quer a civilização.
[...]³⁴

Nesta “estranha cidade” os nazistas, com o costumeiro requinte de crueldade, mantinham uma orquestra feminina composta por, aproximadamente, cinquenta meninas entre 17 e 20 anos de idade. A música, naquele contexto, servia a dois propósitos malévolos: ser um estratagema para encobrir o que verdadeiramente se passava em um campo, pois, naquele lugar, a música se constituía em uma falsa prova de que os detentos ali viviam em condições dignas e, o segundo, promover a satisfação de certos oficiais da SS que exigiam entretenimento por ocasião das suas inspeções àqueles locais. Note-se, no entanto, que as pautas musicais eram executadas na sala de espera da câmara de gás, o mesmo modelo de salas disfarçadas – como se fossem realmente salas de duchas de banho – que já tinham sido, antes, utilizadas na própria Alemanha. A primeira câmara de gás teria sido instalada em 1939, para implementar o decreto de Hitler de primeiro de setembro daquele ano segundo o qual: “pessoas incuráveis devem receber uma morte misericordiosa³⁵”.

“Uma cidade digna desse nome”, como “o quer a civilização, é a prova concreta dos efeitos da civilização o que não passa despercebido ao poeta, cuja experiência traz marcada na sua própria carne.

esta antologia veio a lume em 1945 pelas Éditions Robert Laffont (tradução da autora desse trabalho).

³⁴ Id., *ibid.*

³⁵ Hannah Arendt. *Op. cit.* p. 124.

O horror, quando desmedido, parece estar para além daquilo que podem as palavras expressar. A *Shoah* e as ditaduras estas, que se instauraram por todo o mundo e, em especial na América Latina, apontam para o nascimento de uma poética inédita, original específica, estreitamente ligada ao seu objeto, como instrumento não tão somente de resistência e de luta contra o poder estabelecido, mas como testemunho, como uma memória a ser preservada. A *Shoah* e os porões das ditaduras militares fizeram nascer uma poesia que foi escrita de forma espontânea, antes de ter sido refletida, e que traz o traço do sofrimento, das provações, da desesperança e, também da esperança, de quem, muitas vezes, só tivera tempo de escrever um só poema, um só bilhete; de quem só tivera um instante para fazer um testemunho capaz de exprimir o que restou do sonho de liberdade e o que restou de dignidade humana. Os males do século XX, portanto, convocam para uma nova forma de se pensar o passado. Ao refletir sobre esta questão, isto é, a iminente necessidade de se repensar as formas de se ler o passado, o crítico Marcio Seligmann-Silva chama a atenção para o fato de que

Desde meados do século XX [...] está-se construindo uma nova *ética e estética da historiografia*. As novas formas de representação do passado foram modeladas a partir do próprio histórico que a Segunda Guerra implicou. Elas podem ser reunidas, grosso modo, sob o signo da nova desconfiança diante das categorias universais. Podemos dizer que a *Shoah* desfez as últimas certezas quanto à existência de tais universais eternos. Dizer agora *L'espèce humaine* [...] tem um significado nada edificante³⁶.

A História, mais uma vez evocando Seligmann-Silva, “assume diante da força que a *ars oblivionis* adquire – sobretudo como uma reação aos fatos extremos do nosso século – o caráter de um *tribunal*³⁷”. A voz testemunhal, que se levanta para falar em lugar da testemunha que não voltou ou fazer ouvida a voz do oprimido, em ambos os casos se dá com uma força tal, que acaba por minar os lastros sobre os quais, até então,

³⁶ Márcio Seligmann-Silva (org). op. cit. p. 65.(ANTELME, Robert. *L'espèce humaine*. Paris: Gallimard, 1957).

³⁷ Id., p. 63.

se sustentaram a historiografia e a representação literária e, nesta, especialmente, no que tange às lições que se tem aprendido a respeito dos modelos literários.

A década de 1960-70, na América Latina, foi marcada por uma profusão de textos literários cujo objetivo maior era relatar, a título de denúncia, o terror que grassava nesta parte do continente americano por, ali, terem se instalado as ditaduras, as quais traziam para a população civil medo, violência, ameaça de morte, desaparecimento e morte. Tratava-se de um estado de violência sistemática e que se institucionalizava de modo interativo, pelo continente, em especial na Hispano-América, com leis e métodos próprios e similares, como similares eram os resultados desse estado de exceção. A violência chegava pela via da imposição do silêncio, da intolerância à diversidade de pensamento, pela via do medo, dos desaparecimentos misteriosos, das valas comuns, da tortura e da morte nos cárceres/porões, muitos deles clandestinos.

É neste contexto de lutas, torturas e morte que nasce a literatura, denominada de “literatura de testemunho,” enquanto gênero, denominação e categorização que, desde o seu nascedouro, foi alvo de questionamentos, tanto pela diversidade quanto pela sua delimitação, a qual por si só, já se constituiria em uma tarefa improfícua. Por esta razão, a necessidade, neste trabalho, de se refletir, também, sobre a impropriedade do emprego do termo “literatura de testemunho,” entendendo-a como gênero literário.

Em 1970, traduzindo toda esta efervescência e, como sintoma do que estava ocorrendo nesta América, as vozes destas composições afluíram para a Casa das Américas que as acolheu com o propósito de valorizar e divulgar esta produção para, em seguida, instituir, para a modalidade *Testimonio*, o Prêmio Anual Latino-Americano *Casa de las Américas*. A instituição do referido *Prêmio* que exigia, daquele que quisesse participar, além da qualidade literária, fontes fidedignas de informação e documentação, “conotação política,³⁸” foi providencial para que o conceito literatura de testemunho ganhasse impulso e passasse a designar um

³⁸ Rhina Landos Martínez André. *El testimonio. Roque Daltron e la representación de la catástrofe*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, 2002, 363 p, p. 14.

“gênero³⁹” literário. A Miguel Barnet, com a obra intitulada *Biografía de un cimarrón*⁴⁰, devem-se as primeiras reflexões sobre o tema, já, em 1966. Vem do próprio Miguel Barnet os primeiros conceitos de teoria para este “gênero”, os quais giram em torno da definição do papel do “transcritor dos materiais orais e na relação entre informante e transcritor ou gestor,⁴¹” este, também denominado de mediador, tutor e escritor de ofício por outros estudiosos, o que confere a esta literatura, um

[...] peculiar tipo de narrador, um protagonista diferente fazendo uso de uma linguagem coloquial, não poética, nem artificial, para contar uma verdade e como esta verdade – em alguns casos – necessita de um mediador para o seu registro, decididamente desafia a academia⁴².

As discussões ligadas ao tema testemunho começam a aparecer nos estudos literários, na década de 1970 e, com mais intensidade, a partir dos anos 1990. A crítica Valéria de Marco observa que: mesmo que se trate de um tema ainda pouco explorado e, por isso, apresentar-se um tanto ou quanto impreciso, nos últimos anos o leitor já identifica o termo “literatura de testemunho” relacionando-o às questões entre literatura e violência, em lugar de associá-lo à visão do texto literário como testemunho do seu tempo, entendimento, para esta autora, oriundo do senso comum que alude à capacidade de um texto representar, com mediações formais, o processo social em que inscreve sua produção⁴³.

Em um ensaio no qual abre um parágrafo com o título “Testemunho e literatura”, o crítico Seligmann-Silva apressa-se em desfazer o possível equívoco que possa estar

³⁹ O termo “gênero” aparece aspeado por ser alvo, desde a sua proposição de grandes polêmicas quanto a ser ou não um gênero, dada a sua natureza híbrida.

⁴⁰ Nesta obra o cubano Miguel Barnet constrói uma narrativa em primeira pessoa que trata da vida do ex-escravo fugido Esteban Montejo. O material utilizado por Barnet é a gravação da fala da própria testemunha, quando foi encontrada por Barnet, quando aquela tinha 103 anos de idade.

⁴¹ João Camillo Pena. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: Márcio Seligmann-Silva (org). op. cit. p. 309.

⁴² “[...] peculiar tipo de narrador, um protagonista diferente haciendo uso de un language referencial, no poético, ni artificial, para contar una verdad y, cómo esta verdad – en algunos casos – há necesitado de un mediador para su registro, necesariamente desafia a la academia”. (Tradução para o português da autora deste trabalho) In: Rhina Landos Martínez André. Op. cit. p. 28.

⁴³ Valeria de Marco. Op. cit. p 45.

contido no emprego da expressão “literatura de testemunho”, para designar textos como tais. Ele explica:

Para evitar confusões, devemos deixar claro dois pontos centrais: a) ao invés de se falar em “literatura de testemunho,” **que não é um gênero**, percebemos agora uma *face da literatura* que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura – após duzentos anos de auto-referência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “**teor testemunhal**” que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e escritura do século XX. Esse teor indica diversas modalidades de relação metonímica entre o “real” e a escritura; b) em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste à representação⁴⁴ (ênfases nossas).

Esta citação deixa escapar, além da admoestação quanto a que se deve evitar equívocos a respeito de que não existe um gênero que se possa denominar “literatura de testemunho”, sob pena de se a estar diminuindo, uma vez que “A literatura de testemunho é mais do que um gênero,⁴⁵” antes, entende este autor, trata-se de aprender a ler o teor testemunhal das obras, sejam elas programaticamente testemunhais ou não; possibilita inferir que o fato de se continuar a entender a literatura como testemunho da História, uma vez que o “teor testemunhal” marca toda obra literária, esta compreensão não se reduz a um entendimento do senso comum, mas, ao invés disso, trata-se de não se ter esquecido das lições, antes aprendidas, segundo as quais “Toda obra de arte, em suma, pode e deve ser lida como um testemunho da barbárie⁴⁶”. O segundo ponto, vem à guisa de, também, advertência quanto ao ponto de vista e tratamento do “real”, considerando que, ao imitar a sociedade, como intentou a estética realista/naturalista com o sentido de “fotografar” a realidade, corre-se o risco de, apenas, focalizar as pré-

⁴⁴ Marcio Seligmann-Silva. O testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, (30), p.71-98, jun 2005, p.85.

⁴⁵ Marcio Seligmann-Silva. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: Márcio Seligmann-Silva (org). op. cit. p. 377.

⁴⁶ Marcio Seligmann-Silva. Introdução. In: Márcio Seligmann-Silva (org). op. cit. p. 12.

noções que compõem a camada superficial do “real”. A outra admoestação se concentra na proposição de que a compreensão do real não mais repousa sobre os pressupostos do pensamento que norteou a ficção realista/naturalista e, assim, propõe a compreensão dessa nova realidade, que se furta à representação, na abertura que possibilita a psicanálise, isto é, na “ chave freudiana do trauma⁴⁷”.

Dadas a suas especificidades, a “literatura de testemunho,” (no que tange ao conteúdo e forma, e, em especial ao lugar de onde emerge a fala da testemunha/narrador, aspectos que, aliados ao fato desta composição situar-se na fenda que se estabelece entre o literário e o não literário, o fato e a ficção), atraiu para si uma importante polêmica conceptual, o que obrigam os estudos literários a voltarem-se para o problema com mais acuidade no sentido de investigar sua literariedade, a própria denominação de gênero, em que importância os seus tentáculos se estendem a outras séries do conhecimento, incluindo os estudos culturais, já que também têm o seu pé plantado no universo marginal, na periferia, e, ao mesmo tempo, um atrelamento com as redes do poder em razão de, na maioria dos casos na América Latina, evocar um escritor de ofício que fala o idioma da classe dominante. Estas questões reunidas apontam para que, de fato, “o testemunho impõe uma crítica da postura que reduz o mundo ao verbo, assim como solicita uma reflexão sobre os limites e modos de representação⁴⁸”.

No âmbito da teoria da literatura, duas frentes de testemunho têm sido exploradas: uma, advinda da realidade da Europa e América do Norte, guarda as suas especificidades e, de modo dominante, debruça-se sobre as questões ligadas à *Shoah* e, como refere Seligmann-Silva, começou a ser discutida na Europa, de início, a partir da célebre frase de Adorno, “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de porque hoje se tornou impossível escrever poemas,”— já referida neste trabalho. Este campo se sustenta sobre uma interpretação do século XX como um processo histórico e social de sistemática exclusão que, no caso da *Shoah*, de uma raça inteira, tendo sido Auschwitz, um dos palcos dessa catástrofe⁴⁹; a outra diz respeito aos estudos da realidade latino-americana, à sua, também, experiência

⁴⁷ Id., p. 377.

⁴⁸ Marcio Seligmann-Silva. O testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, (30), p.71-98, jun 2005, p.85.

⁴⁹ Valeria de Marco. Op. cit. p 56-7.

histórica, ao cenário de exceção que deu lugar às guerrilhas, ao “desaparecimento” de pessoas, às prisões e aos porões de tortura. Ambos os campos são marcados definitivamente pela natureza de eventos que os gerou:

Antes de mais nada, os próprios eventos que estão na base dos discursos sobre o testemunho definem as características que cada um deles assume. Se, no primeiro âmbito, o trabalho de memória em torno da Segunda Guerra Mundial e da Shoah determina em boa parte as discussões, na América Latina, o ponto de partida é constituído pelas experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos também a perseguição aos homossexuais tem sido pesquisada. O testemunho latino-americano introduz objetos que foram também se tornando cada vez mais importantes, sobretudo nos EUA a partir das lutas pelos direitos civis e com a paralela expansão dos Estudos Culturais⁵⁰.

Para Seligmann-Silva, estes dois conceitos, testemunho e *testimonio* – o primeiro referindo-se à moldura histórica da Europa e América do Norte e o segundo à da América Latina respectivamente – partem, portanto, de realidades distintas, reivindicam, ao ser referenciados, que se destaque esta diferenciação, embora pontos comuns mereçam igualmente ser iluminados. *A priori*, as características do testemunho são as mesmas; *o diferencial está sobretudo nas abordagens analíticas*⁵¹. Adotando a perspectiva de se estabelecer um paralelo, propõe, este autor, um denominador comum para os dois conceitos a partir do que chama de noção de “teor testemunhal”, o que, segundo ele, permitiria se pensar estes dois conceitos paralelamente em termos estrutural e semântico e, ao mesmo tempo, asseguraria, a integridade da moldura histórica de ambos. De acordo este autor os conceitos testemunho no âmbito da Europa e América do Norte e *testimonio* na América Latina, só passaram a receber uma elaboração mais rebuscada a partir de 1980, por via de consequência do que chama de “vácuo” literário e teórico, um fenômeno que ocorreu em ambos continentes e que está para além da mera coincidência:

⁵⁰ Marcio Seligmann-Silva. O testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Proj. História*, São Paulo, (30), p.71-98, jun 2005, p.85.

⁵¹ Marcio Seligmann-Silva (org.) op. cit. p. 30. (Ênfase do autor).

Se nos estudos latino-americanos esse período foi marcado por uma busca de um novo tema após o “esgotamento” das perspectivas de leitura abertas pelo *boom* (de literatura latino-americana) na teoria literária européia, (sobretudo francesa e alemã) e norte-americana (com destaque para Yale), a noção de testemunho despontou como uma nova possibilidade de articulação entre o histórico e a literatura após décadas de domínio de determinadas modalidades de estruturalismo e pós-estruturalismo. O momento histórico, no entanto, imprimiu seu peso na escolha dos conceitos de testemunho/*testimonio*: a “virada particularista” que se deu então paralelamente ao esfacelamento do bloco comunista significou mais um golpe nas agonizantes “grandes narrativas⁵²” (ênfases do autor).

Como se pode verificar, o peso histórico determinado pelas catástrofes da primeira metade do século XX, além de orientar para a construção de uma nova *ética e estética da historiografia*, como entendeu Marcio Seligmann-Silva⁵³, imprimindo novas formas de se pensar o passado, impôs, também, a necessidade de revisão de postulados literários até então intocados, revelando a falência das narrativas grandiloquentes segundo o modelo do herói sem defeito, do homem superior.

Em um estudo intitulado *Stultifera Navis*⁵⁴, Michel Foucault toma como emblema a *Narrenschiff*, “composição literária emprestada do velho ciclo dos argonautas, recentemente ressuscitado entre os grandes temas míticos [...]”⁵⁵, para estabelecer uma analogia com a forma com que as sociedades, ao longo dos séculos, através de um jogo de exclusão, “escondiam” ou faziam “desaparecer” aqueles a quem consideravam inadequados ao seu tecido social. Segundo Foucault,

A moda é a composição dessas Naus cuja equipagem e heróis imaginários, modelos éticos ou tipos sociais, embarcam para

⁵² Id *ibid.*

⁵³ Márcio Seligmann-Silva. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: Márcio Seligmann-Silva (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 65.

⁵⁴ “Nau dos loucos”. Paisagem imaginária da Renascença. Estranho barco que desliza ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos. De todas as naves romanescas a *Narrenschiff* é a única que teve existência real. Michel Foucault. *História da loucura./Histoire de la folie à l'Âge Classique/* São Paulo: Perspectiva, 1987.

⁵⁵ Michel Foucault. *História da loucura./Histoire de la folie à l'Âge classique/* São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 9

uma grande viagem simbólica que lhes traz senão a fortuna, pelo menos a figura de seus destinos ou suas verdades⁵⁶.

Foi com esta perspectiva, continua Foucault, que Symphorien Champier compôs sucessivamente uma *Nau dos príncipes e das batalhas da nobreza* em 1502, depois uma *Nau das damas virtuosas* em 1503, além de outros autores que compuseram ou representaram plasticamente embasados nesta onda onírica. Mas, curiosamente, destaca este autor, de todas as “naves romanescas ou satíricas, a *Narrenschiff* é a única que teve existência real, pois eles existiram, estes barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra⁵⁷”.

O jogo de exclusão, diz Foucault, começou com os leprosos, durante a Idade Média e, três séculos mais tarde, continuou com os considerados pobres, vagabundos, presidiários e “cabeças alienadas” (quem sabe não seriam os *Tsiganes*⁵⁸ do século das catástrofes?). No caso específico dos loucos, estes eram escorraçados dos muros das cidades ou confiados a mercadores e peregrinos. Um costume que era freqüente especialmente na Alemanha. Em Nuremberg, por exemplo, durante a primeira metade do século XV registrou-se a presença de 62 loucos, dos quais foram escorraçados 31. Nos 51 anos que se seguiram tem-se notícia de 21 partidas obrigatórias (deportação?) só daqueles que eram detidos pelas autoridades, os quais eram frequentemente confiados a barqueiros, o que levava a, também, frequentemente as cidades da Europa verem essas estranhas naus atracarem em seus portos.

Durante o período de treva, marca das Ditaduras notadamente a que eclodiu em 1964, no Brasil, era comum, como se fossem mercadoria, fazerem “a viagem” de detentos sem que estes soubessem o destino, como mostram os versos deste poema/testemunho intitulado “A viagem⁵⁹”:

⁵⁶ Michel Foucault. Op., cit. p. 9.

⁵⁷ Id., ibid.

⁵⁸ *Zigeuner* em alemão. Nome dado aos grupos de pessoas “consideradas inferiores”, inúteis e indesejáveis para a futura Europa ariana.

⁵⁹ “A viagem”. In: Steven Uhly. *Paulo César Fonteles de Lima - poesia e ditadura*. Faculdade de Letras da Universidade Ludwig Maximilian de Munique, Alemanha. tradução ao português: André Bonilha Fernandes da Silva/Steven Uhly. http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_01.php.

O AVIÃO
LEVANTA VÔO.

ALGEMAS NÃO PRENDEM O PULSO DA MULHER
QUE DESCANSA O BRAÇO LIVRE NO VENTRE CRESCIDO.

O RÁDIO
TRANSMITE A MENSAGEM:
ALÔ ALÔ BOTAFOGO
ALÔ ALÔ BOTAFOGO

A MERCADORIA
A MERCADORIA
A MERCADORIA
JÁ CHEGOU

A MERCADORIA
JÁ CHEGOU.

A mesma conotação de “coisa” que pôde ser verificada no testemunho, aquele concernente à *Shoah*, no que tange à errância do “carregamento” de judeus em semelhantes aviões/naus/vagões – “como se o mundo inteiro fosse uma selva para eles⁶⁰” – repletos, não de indivíduos insanos, porém de pessoas indesejáveis para uma casta de gente que não admite a diversidade/liberdade de pensamento, e outra que resolveu se auto-referir como “raça superior”, é quase impossível não se estabelecer uma analogia pelo teor de desamparo, desgarramento, preconceito e, sobretudo, de crueldade de seres humanos para com o seu semelhante, uma experiência que, como muito bem constatou Robert Antelme, torna a expressão “espécie humana” nada dignificante. A loucura, neste caso, não se verifica dentro dos aviões, nem dos vagões, tampouco das viaturas, mas na mente insana que inventou a Ditadura e, que, depois, não soube como dismantelá-la; e na sandice de um “ser humano”? que inventou não só a “Questão Judaica”, como as formas de “solução” para tornar a Alemanha *judenrein*.

O historiador R.G. Collingwood afirma que o conhecimento da natureza do homem e da efetivação dos seus feitos são indícios que podem levar à dedução de eventos futuros. A exemplo de outros historiadores, demonstra ter consciência dessa questão quando afirma que «[...] o ritmo das suas modificações [das ações humanas]

⁶⁰ Hannah Arendt. *Eichmann em Jerusalém*; um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 248 (Título original: *Eichmann in Jerusalem*).

provavelmente se repetirá, verificando-se que os mesmos antecedentes conduzem às mesmas conseqüências⁶¹». É necessário, portanto, que a memória esteja viva e os sentidos em vigília, prontos para agir e reagir, em um grito de «nunca mais!» à menor ameaça de possibilidade de repetição de eventos de semelhante barbaridade.

De um lado, temos Auschwitz, uma catástrofe sem precedentes, incomparável, inverossímil e por tal, não há como estabelecer analogias e, assim, este evento acaba por quedar na zona da impossibilidade de representação; do outro estão as Ditaduras militares estopins de guerras intestinas em que o inimigo não vem de longe, mas é o seu próprio irmão de nação que ameaça, amordaça, faz desaparecer e mata. Tanto um quanto outro evento guardam as suas especificidades e proporções que os diferenciam, mas trazem, também, aquilo que lhes aproxima, que os irmana, transformando, ambos, em um emblema do intolerável, do irrepetível e, por isso, sentidos arredios à representação.

⁶¹ R.G. Collingwood. *A ideia de história*. [The idea of history] Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1972, p. 35.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ADORNO, Theodor W. *Minima moralia*. Trad. Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, Theodor W. *Prismas*. Trad. Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém; um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Título original: *Eichmann in Jerusalem*).
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. [Histoire de la folie à l'Âge classique] São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 9
- KATZ, Arthur. *Holocausto; onde Deus estava? uma pesquisa sobre as raízes bíblicas da tragédia*. [Trad. Do original: *The Holocaust: where was God?*] São Paulo: Hagnos, 2002.
- LUA NOVA. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 62, n. 62, p. 45-68, 2004
- MEMOIRE VIVANTE; deportation et production littéraire et artistique. Paris: Fondation por la Mémoire de la Déportation, n. 32, décembre 2001.
- R.G. COLLINGWOOD. *A idéia de história*. [The idea of history] Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.
- VERDET, André. (org.) *Anthologie des poèmes de Buchenwald*. Paris: Association Française Buchenwald – Dora et Komandos, 1995. (Editions Tirésias). Obs.: esta antologia veio a lume em 1945 pelas Éditions Robert Laffont.
- WIESEL, Elie. *A noite*. [Trad. de *La nuit*] Trad. Irene Ernest Dias; prefácio François Mauriac. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

REFERÊNCIA DE TEXTOS ELETRÔNICOS

- <http://www.abknet.de/auschwitz1.htm>
- <http://www.dw3d.de/dw/article/0,2144,1470087,00.ht>
- UHLY, Steven *Paulo César Fonteles de Lima - poesia e ditadura*. Faculdade de Letras da Universidade Ludwig Maximilian de Munique, Alemanha. tradução ao português: André Bonilha Fernandes da Silva/Steven Uhly.
http://coralx.ufsm.br/grpesqla/revista/num09/art_01.php

REFERÊNCIA FÍLMICA

- IMRE, Kertész *Marcas da Guerra* (Sorstalanság, 2005) Direção: Lajos Koltai » Roteiro: Imre Kertész (romance e roteiro). Imre Kertész foi o vencedor do Prêmio Nobel de Literatura 2002.